



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 44

Sessão Ordinária de Abril

3.ª Reunião de 13-05-2003

Aos treze dias do mês de Maio de dois mil e três, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, João Carlos Martins Valente, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Diamantino Laranjeira Simões Jorge.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias de Pinho e Melo, Miguel Ângelo Leite Diniz Vieira, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Victor Manuel da Silva Martins, Vítor Manuel Santos Marques, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel dos Santos Salavessa e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Ângelo Pereira Pires, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Joaquim Manuel Silva Marques e Manuel Fernando Ferreira Rodrigues.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, do Vogal Jaime Simões Borges por Paulo Jorge Teixeira de Jesus.

Ainda nos termos da legislação em vigor, informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves, se fez substituir, nesta reunião, por Fernando Manuel Teixeira Alves.

Continuando, o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 77.º, da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, do pedido de suspensão do mandato do Vogal Liz Miguel Marques da Silva, compreendido entre 10 de Maio e 31 de Agosto de 2003, sendo substituído pelo sucedâneo na lista, Miguel Ângelo Leite Diniz Vieira.

O Presidente da Mesa deu ainda a conhecer, cópia da acta da Junta de Freguesia de Cacia, com o pedido de renúncia ao mandato do Presidente António Luís Gomes de Carvalho, sendo substituído no exercício de funções por, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, nos termos da legislação em vigor,
Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida, o Presidente da Mesa deu conhecimento de um ofício do Grupo Municipal do CDS/PP, que comunica uma alteração à sua composição, para produzir efeitos após o fim da sessão ordinária de Abril. Pede que o Presidente de Junta de Freguesia, Manuel Arede de Jesus, deixe de integrar o Grupo Municipal de CDS/PP.

De seguida o Presidente da Mesa informou o Vogal Manuel Arede de Jesus, que a partir do final da sessão em curso o seu estatuto na Assembleia Municipal é de Independente.

PONTO 2. – CÂMARA MUNICIPAL – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DO ANO 2002.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 10/04/2003, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entraram na sala os Vogais Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete e Raúl Ventura Martins).

Membros da Assembleia:

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Teresa Fidélis (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Já algum tempo que não intervenho nesta Assembleia. Não por não ter tido motivos ou motivação, mas talvez por ter atravessado um momento de maior reflexão sobre a minha forma de estar e fazer política.

Mas hoje, as saudades de intervir já são grandes e a motivação maior ainda. Continuarei, no entanto, com as minhas notas e ao meu estilo, um pouco irreverente talvez mas centrado em Aveiro, este lugar que me mantém cativa.

Os momentos de apreciação dos Relatórios de Actividades são cruciais no contexto das competências desta Assembleia, não necessariamente para acirrar o executivo com acutilantes críticas, caminho mais fácil e eventualmente legítimo, porém nem sempre útil para Aveiro, mas sim para fazermos em conjunto, um balanço crítico pró positivo, atendendo às circunstâncias temporais e financeiras a que se reporta – isto é, ver o que se fez bem ou menos bem e advertir sobre os caminhos do futuro.

Tal como já se podia afirmar relativamente à Comunicação do Presidente e Relatório anexo, que estivemos a discutir no ponto anterior da ordem de trabalhos, ficamos sem argumentos para não constatar que, e lembrando uma afirmação do Sr. Presidente da República há uns dias: «HÁ VIDA NO MUNICÍPIO, PARA ALÉM DAS LIMITAÇÕES FINANCEIRAS».

Este relatório, mostra que há obras, há investimento, há intervenções de qualificação da vida dos munícipes dentro e fora da cidade, há actividades culturais, etc. Ao contrário do que foi afirmado na bancada do Partido Social Democrata na última reunião desta

assembleia há claramente intervenções que têm tornado o município mais agradável, mais funcional e mais moderno sob múltiplas perspectivas, pese embora os transtornos de continuarmos a esbarrar frequentemente com obras por essas ruas fora.

Apesar de todos reconhecemos e agradecermos ao Presidente da Câmara e à sua equipa, o sentido de visão de futuro, de arrojo e de capacidade de dar nova vida ao município de Aveiro, a verdade é que recentemente, as críticas à gestão da Câmara têm sido recorrentes, sobretudo no que respeita às questões financeiras, ainda que algumas decorram de circunstâncias que extravasam o nível local. Mesmo que a oposição sugira que muito do que está a ser feito é à custa de um “financiamento forçado” por parte dos munícipes, de empresas credoras e até dos membros desta assembleia, a verdade é que só podemos concluir que a Câmara continua a ter o apoio da população em geral.

Bom, mas voltemos ao Relatório de Actividades. É em momentos de apreciação destes documentos, sobretudo em circunstâncias de depressão económica, que se revelam os “Calcanhares de Aquiles” decorrentes da excessiva utilização das palavras “construir” (em betão geralmente) na concretização dos manifestos eleitorais autárquicos.

É verdade que muitíssimo tem sido feito, ao nível do território, das pessoas, da administração autárquica (e aproveito para felicitar a Câmara pela página na Internet. Demorou mas valeu a pena, estão de parabéns, é excelente, do melhor que tenho visto) e também da economia. Mas uma reflexão mais atenta faz pensar como é também importante a substância — refiro-me às prioridades das políticas urbanas, das políticas sociais e das políticas económicas. Se elas fossem mais fortes, talvez não tivéssemos enterrado milhões de euros num estádio de futebol!? Bom, mas isto para mim é tabu...

Não estou a afirmar que em Aveiro não a tenhamos “a substancia” mas temos que a reforçar.

A pujança dos grandes projectos em curso e respectivas obras, mesmo que retidas no tempo, para que tenhamos periodicamente novos projectos concluídos e a ter em conta as perspectivas financeiras do país, entrarão numa fase de estabilização e conclusão. Há portanto a necessidade de um complemento na natureza das intervenções.

Por exemplo – temos um conjunto de infra-estruturas qualificado e temos aprovado um conjunto de Planos de Pormenor, que prevêem um crescimento populacional significativo. Tendo em conta que o crescimento natural estabilizou, só podemos crescer constituindo uma alternativa em habitação e emprego relativamente a outras cidades. Para tal, e se não queremos gerar bairros fantasma, é necessário atrair capacidade produtiva — indústria, comércio, serviços; em suma, empregos.

No Manifesto Eleitoral, falava-se em «acolher um tecido empresarial qualificado e pujante, dinâmico e propiciador de emprego e riqueza» através de captação selectiva da empresa estratégica (novas tecnologias, negócios do ambiente, etc.). O relatório é pouco expressivo nesta matéria. O que tem sido feito neste sentido?

Outro exemplo – numa altura em que importa reflectir a divisão administrativa do estado e as expectativas de criação de áreas metropolitanas, começa a fazer pouco sentido um Relatório de Actividades que apenas olha para o seu umbigo e não dá conta da intensidade e dos tipos de interacção que existem com os municípios vizinhos. Neste país tão dominado pela burocracia e pela tradição, porque não Aveiro, mais uma vez, a ser pioneiro na reformulação deste tipo de documentos... a lei não incentiva, mas não impede.

Para concluir, gostaria de fazer mais dois comentários pontuais relativamente ao Relatório.

O primeiro reporta-se às iniciativas de Planeamento designadamente ao PP de Sá Barrocas onde, na página 168, se afirma que «após a análise e discussão do Relatório da Comissão Eventual foram propostas alterações substanciais ao PP nomeadamente a alteração da sua área territorial». Ora esta redacção pode induzir em erro o leitor no

sentido de que terá sido a Comissão a recomendar as referidas alterações quando foi a proposta da Câmara que surgiu com os limites do referido plano alterados relativamente à Unidade Operativa que lhe deu origem.

O segundo reporta-se à actividade de gestão urbanística que apesar das tentativas de traduzir a dimensão territorial do fenómeno urbanístico, está longe de o ter conseguido, nomeadamente em aspectos que referi com algum detalhe numa intervenção sobre este assunto e registada em acta, por forma a que seja útil aos serviços e ao processo de desenho das políticas urbanas do município.”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar quero dizer, pese embora ter estes dados em computador, não vou apresentar como o meu colega de Partido Popular apresentou, porque as coisas dele estão muito mais bonitas e eu tenho uma certa vergonha em apresentar as coisas aqui assim tão mais feias do que o caro colega do Partido Popular.

Bom, eu gostaria de perguntar – e em princípio ao Senhor Presidente da Assembleia, e isto é uma dúvida – segundo eu sei, o historial de outras Assembleias Municipais, nuns casos fazem a apreciação deste tipo de relatórios, noutros casos fazem a votação destes relatórios. E eu gostaria também, já agora, que para um futuro nós pensássemos no debate e apreciação. Portanto no nosso caso é só apreciação quer-me parecer?”

Presidente da Mesa

“Não, não, Sr. deputado! Debate e votação. Está na Lei: «apreciar e votar os documentos de prestação de contas.»

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

“Então eu vou começar assim: Há um distinto economista português que dizia sobre o Orçamento Geral do Estado (no Governo Guterres), que o «Orçamento era de facto um monstro». E quer-me parecer que de facto esse monstro também existe nesta Câmara.

A quando da votação do Plano de Actividades de 2003, a bancada do PSD, teve a oportunidade de considerar na altura que o mesmo estava empolado, que era irrealista e estava cheio de virtualidades. E quer-nos parecer que continuamos a ter razão. As contas de 2002, provam a quem as quiser ver com olhos de ver, que a Câmara Municipal de Aveiro tem vindo (dizendo de uma forma suave), a iludir esta Assembleia Municipal com valores planeados suspeitáveis, perfeitamente incumpríveis e conseqüentemente com muitas obras irrealizáveis. Mas são no fundo expectativas dos aveirenses que são abaladas! São estas que são abaladas. São os aveirenses que estão a ser iludidos com este tipo de actuação. É curioso falar-se em “orçamentos rectificativos”, para repor a verdade orçamental. Puro engano, porque por norma as rectificações são efectuadas para cima. O nosso caso é “sui generis”, ter-se-ia de rectificar muito para baixo. A Câmara não precisa de permissão para gastar mais dinheiro. Precisa isso sim, a nosso ver, bom-senso para gastar menos e melhor.

Uma pequena nota prévia, antes de avançar com a apreciação deste relatório e contas, gostaria de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que os valores impressos na página 51 do Relatório de Actividades na parte superior da folha, que nos dão as diferenças entre o previsto e o real, por grupos económicos estão errados. Com os dados de que disponho os valores são os seguintes: “Pessoal” – menos setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e setenta e um; “Bens Duradouros” – menos trezentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e nove; “Bens Não Duradouros” – dois milhões cento e cinquenta e três mil

setecentos e noventa e sete; “Aquisição de Serviços” – cinco milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e dois, e por aí adiante.

Senhor Presidente da Câmara, primeiro dou-lhe os parabéns pelo reaparecimento da página da Web da Câmara e além do mais, diz numa dessas páginas, que estamos a reunir no edifício da Capitania, mais propriamente na maquete. Eu acho interessante! Se for lá vai ver: a sede da Assembleia Municipal é a Capitania! E a imagem que aparece é uma maquete da Assembleia Municipal. Mas de qualquer forma também vendo as coisas e obviamente dou-lhe os parabéns precisamente pela excelente página da Web que está construída e dou-lhe sinceramente os parabéns e à Câmara Municipal e parece-me também à Eng.^a Lusitana.

E porque pensamos que pese embora os fornecedores à porta da Câmara para ser pagos são muitos e o Senhor continua a dizer que a Câmara está numa situação saudável - e dado que estamos a falar em página da Web, em face desta sua opinião decidimos seguir o exemplo de alguém que criou uma página da Internet referente ao ex-ministro Iraquiano da informação, e chamá-lo-emos: <http://www.welovethemayor-ofaveiro.pt>; ok? Mas infelizmente não há de facto motivos para rir, nem para brincar com a situação existente. Comparando as despesas orçamentadas com as efectuadas, nota-se uma diferença negativa em despesas de capital de 59%, resultando sem dúvida em menor investimento do que o que era proposto fazer. Uma diferença negativa em despesas correntes de 32%. No seu total agregado os documentos dizem-nos que a execução orçamental foi apenas de 48%. Ou seja o Senhor Presidente da Câmara não cumpriu com metade do que tinha previsto: menos treze milhões de contos! Não criticamos que se tenha menor despesa, criticamos isso sim, que os planos de actividade sejam empolados e irrealistas. Também se repararmos (percentualmente), poupou-se mais nas despesas de capital do que nas correntes, face ao planeado. É para tirar daí as respectivas ilações.

No que concerne às receitas o problema é também crítico: as despesas estão a ser comportadas, mantidas, sustentadas, amuletadas pelos empréstimos de médio, longo prazo. O aumento desta rubrica foi de 38%, passando de doze milhões de euros para dezassete milhões. É relevante em nossa opinião que as vendas de bens de investimento tenham aumentado em 70%, face ao ano anterior - mais uma forma de equilibrar as contas.

Em relação ao endividamento eu não faço comentários. Com as disposições legais ou engenharias financeiras, o Senhor Presidente da Câmara diz-nos que é o que não é! O facto Senhor Presidente é que os municípios de Aveiro serão chamados a pagar as dívidas desta gestão Camarária, qualquer que o endividamento seja.

Quanto às Contas de Gerência: dívidas a fornecedores. A minha opinião é que são catastróficas. O Senhor Presidente da Câmara conseguiu - é um facto, com a sua gestão, diminuir o número de documentos de encargos assumidos e não pagos dos seis mil cento e cinco - documentos em 2001, para os dois mil cento e quarenta e três no ano de 2002. Mas aumentou a dívida global em 76% a esses fornecedores. Pormenorizando, passou dos dois milhões e setecentos mil contos em 2001, para os quatro milhões e setecentos mil contos em 2002. Ou seja, mais dois milhões de contos de dívida num ano; significativo! Isto significa que a Câmara se encontra a endividar-se, endividou-se mais este ano relativamente aos fornecedores em cinco mil e quinhentos contos por dia. Ainda significativo é o facto de nesta Conta de Gerência terem deixado de existir a coluna referente às datas de entrada das facturas nos serviços camarários. Querirá isto dizer que a Câmara não pretende que saibamos o tempo médio entre o recebimento do documento e o seu pagamento? Porque será?

Senhor Presidente, para além da dívida - que é enorme - é imoral o que a Câmara está a fazer e eu explico: fizemos uma pequena simulação e imaginámos que a Câmara pedia quatro milhões e setecentos mil contos à banca num ano a uma taxa de 4,5% (é o valor em

dívida neste momento, junto aos fornecedores). A Câmara teria que pagar duzentos e doze mil contos de juro. Resumindo, a Câmara com essa dívida financia-se à custa dos fornecedores.

Finalizando o capítulo sobre Contas de Gerência, permitam-me para quem se encontra mais atento, que mencione alguns dos débitos desta Câmara. A Câmara deve: à Ordem dos Engenheiros, à Ordem dos Arquitectos, à Ordem dos Advogados, a Padarias, à EDP, aos Correios, à Polícia, às Escolas, às Juntas - e aqui um pequeno à parte: de que vale dizer que aumentaram as transferências para as Juntas de Freguesia se depois o dinheiro não chega aos destinatários? A inúmeras Associações, à ADSE, à ACASA, etc. etc. Consideramos que um factor positivo (e agora passava para outro ponto que é o balanço social), de facto acho muito significativo e dou também os parabéns nesta parte ao Senhor Presidente da Câmara, pelo facto de este balanço social aparecer. Dá-nos dados bastante importantes sobre o funcionamento interno da própria Câmara e sobre a gestão que está a ser efectuada também relativamente à Câmara. Pese embora quaisquer comparações posteriores à data em análise, o facto é que entre 1999 e 2002, a gestão do Senhor Presidente da Câmara pautou-se por um aumento de efectivos. E entre 1999 e 2002 são os dados de quinhentos e oitenta e nove para seiscentos e cinquenta e dois funcionários. São sessenta e três pessoas, ou seja, um aumento de 11%. E a pergunta é ver digamos, o mandato num todo. E para quem pretende contenção, eu ponho um ponto de interrogação. Realce-se como factor positivo, o aumento da formação prestada aos funcionários. Acho que é uma atitude inteligente e que só pode a médio prazo trazer muitos benefícios para os municípios. Realço muito negativamente e gostaria de ouvir a explicação para tal facto, sobre o que pensa fazer sobre isto: o aumento significativo do número de acidentes de trabalho em 12%, em particular no segmento dos operários e auxiliares! Significa isso que em média (mais ou menos), um em cada dez operários e auxiliares teve um acidente no ano passado.

Como conclusão Senhor Presidente, acho que a melhor forma de concluir o que aqui estive a dizer e a tentar transmitir, é que pese embora a melhor das intenções que o norteiam para a melhoria das condições de vida dos aveirenses, a situação das contas é crítica, calamitosa e demasiado má para ser verdade. Se pudesse traduzir a minha ideia sobre a gestão num ditado popular diria que: «quem tudo quer, tudo perde», mas o problema é que aqui quem perde somos todos nós.”

(Entraram na sala os Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva e Armando Manuel Dinis Vieira).

Presidente da Mesa

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Bom, eu ia iniciar Senhor Presidente de uma maneira muito mais tranquila, muito mais calma, mas já que a Mesa (e perdoe-me esta liberdade) fez questão em trocar a inscrição do Dr. Raúl Martins, com inscrição do Dr. Filipe Brandão, e porque esta intervenção do Dr. Raúl Martins, reconheça-se, foi se calhar a mais infeliz que lhe ouvimos produzir nesta Assembleia, eu gostaria de dizer três ou quatro coisas muito simples, muito directas para passar ao que realmente interessa.

Em primeiro lugar, foi aqui dito pelo orador que me antecedeu, que o programa de investimentos traduzido por esta Conta de Gerência, «é ambiciosíssimo»! Ou era ambiciosíssimo. Se calhar «demasiadamente ambicioso para alguns». E eu na minha

modesta maneira de pensar, concordo! Se calhar até, e a começar, demasiadamente ambicioso para este Executivo que o propôs. Veja-se a taxa de execução.

Quando aqui se diz Senhor Presidente da Mesa e Caros Colegas, que apesar de ser “fraquita” a taxa de execução orçamental — 47%, não é de mais repisar, para que se não esqueça!? O que é importante, isso sim é realçar, que este foi o maior investimento de sempre produzido em Aveiro. Pois foi! Até damos isso de barato. Pois foi, mas foi também (e este é o encanto da política) o maior falhanço de sempre de qualquer executivo em funções na Câmara de Aveiro. O maior falhanço de sempre. Suplantou em 3% o falhanço do ano de 2001. Isto é: quando alguém se propõe realizar 100% de trinta milhões de contos, não pode vir dizer que se contenta em ter realizado 47% desses mesmos trinta milhões de contos; porque apesar de tudo foi o maior investimento feito nesta terra, alguma vez visto!? Não pode haver este contentamento porque temos então nós oposição que fazer o ingrato papel de lembrar, que esta Câmara propôs a esta Assembleia e a Aveiro, trinta milhões de contos de orçamento! E quanto é que realizou? Diga-se em números: nem quinze, nem quatorze, nem treze! E portanto, já que uns são tão pouco ambiciosos, para utilizar palavras do orador que me antecedeu, que se contentam com 47% de trinta milhões de contos, eu digo: eu sou muito mais ambicioso que isso. E se me propõem aqui um Plano de Actividades e Orçamento de trinta milhões é para cumprir. Senão proponha-se aquilo que se sabe à partida que se pode cumprir. E já agora e a talhe de foice, não sei se se recordam da discussão do Plano de Actividades nesta Câmara.

Foi aqui dito pelo Senhor Presidente, que não ligássemos à questão dos números “os números não eram importantes”. Foi um cheque em branco, claramente, do Plano de Actividades. Foi um cheque em branco! Por tudo o que já foi aqui dito anteriormente. Mas foi aqui dito, por esta Câmara na pessoa do Senhor Presidente, que esse Plano de Actividades era um documento sobretudo político “é um Plano de intenções”. E disse isto em relação ao Plano de Actividades de 2003, ao Plano de Actividades de 2002, ao Plano de Actividades de 2001 e se quiser reportar-se ao Plano de Actividades de 1998 — ainda hoje confirmei também lá está escrito que disse a mesma coisa. É obvio que é um Plano de intenções, não liguem aos números, liguem à coerência do Senhor Presidente da Câmara: é um Plano de intenções obviamente. Falhadas! Ou seja, desvaloriza-se aquilo que são números no Plano de Actividades e procura-se depois a começar na terceira reunião da Sessão Ordinária de Abril de 2003, que foi a última, a que passou, dizer que não analisem a mesquinhez do número, a mesquinhez da factura, analisem isso sim o grande investimento. O grande investimento, o maior que alguma vez se fez em Aveiro!? E veja-se de que forma tão subtil, tão hábil politicamente, tão refinada ou “raffinè”, se consegue de uma só cajadada desvalorizar e ao mesmo tempo conseguir fazer passar a mensagem - os dois maiores e mais marcantes e mais decisivos e fundamentais documentos para o futuro de qualquer município! É assim: ao Plano de Actividades não liguem aos números porque isto é um Plano de intenções; aos números, não vão na mesquinhez dos números, vejam é que afinal grande parte do que estava no Plano de intenções foi feito — e não foi!

Conta de Gerência propriamente dita. É triste, foi dito pelo Vereador do CDS/Partido Popular aquando da discussão da Conta de Gerência em sede de reunião de Câmara, volto a dizê-lo aqui, porque nunca é demais lembrá-lo: porque isto contribuiu para os 47% da taxa de execução.

Em “Publicidade” previsto no Orçamento, no Plano de intenções quinhentos mil euros - realizados: cento e cinquenta mil. Em “Emolumentos, Vistorias e Taxas”, no Plano de intenções um milhão e quinhentos mil euros; realizado - trezentos e trinta e três mil (mais coisa menos coisa). Menos 77,8%. “Actividades em mercados” não vale a pena falarmos, sabemos todos o que está a acontecer. “Loteamentos”, dois milhões e oitocentos mil euros previstos, ao abrigo do enorme guarda-chuva que se transformou num guarda-sol que dá

sombra a tudo o que por ali de baixo passa; Regulamento de Taxas e Licenças Urbanísticas dois milhões e oitocentos mil euros previstos de encaixe, realizados - quatrocentos e dezanove mil e quinhentos euros, um desvio de apenas meus senhores 85%. E podíamos ir por aí. Não vale a pena Senhor Presidente, até nas receitas, até nas vendas de terrenos, o previsto eram quarenta e dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, e o realizado foram oito milhões, cento e sessenta e seis mil euros. Ou seja, por aqui se vê (não a força dos nossos amigos hoje ausentes), mas por aqui se vê a falta de sentido - eu diria, de estado na elaboração dos nossos Planos de Actividades e Orçamento. Porquê Senhor Presidente? - E pense sempre que me custa muito estar aqui a dizer estas coisas, porque eu queria efectivamente que Aveiro tivesse um Plano de Actividades de trinta milhões integralmente realizado ou se não integralmente perto disso, porquê? Foi o Senhor próprio que utilizou esta expressão aqui há tempos atrás, «não se pode (a propósito da Sisa) governar por palpites». Eu devolvo-lha Senhor Presidente: este Plano de Actividades e Orçamento que deu origem à Conta de Gerência de 2002 foi um palpite. O Plano de Actividades e Orçamento que deu origem ou que dará origem à Conta de 2003 foi outro palpite. Temos governado Aveiro por palpites, Senhor Presidente? Como é que vamos pagar o que devemos Senhor Presidente? Como é que vamos inverter (se fizer favor de olhar para aquele gráfico), que é para mim o mais sintomático - como é que vamos inverter aquela tendência Senhor Presidente? E repare Senhor Presidente, que o Senhor começou bem: o Senhor tomou posse em 1998; 1998 e 1999 são já da sua responsabilidade. E até foi pagando, repare que em 1999 à medida que o endividamento contraído aumenta, diminui claramente os encargos assumidos e não pagos. O Senhor começou bem, esqueceu-se de como se fazia? Porque é que a partir de 1999, os “encargos assumidos e não pagos”, aumentam daquela forma? E porque é que da mesma forma - embora um bocadinho abaixo, mas quase paralela a curva do endividamento contraído aumenta também? E recordo Senhor Presidente, que tudo isto é antes do Estádio.

Bom, o Senhor Presidente diz também ou foi aqui dito também que as «acutilantes críticas são eventualmente o caminho mais fácil». Não são! Não são Cara Colega e Deputada Teresa Fidélis, não são. Fazer acutilantes críticas, nem todos conseguimos - eu certamente não consigo da forma que a senhora as faz. Mais subtis que as suas é impossível e portanto tão acutilantes como as suas de certeza que eu próprio não consigo. Não me diga que optou pelo caminho mais fácil, Deputada Teresa Fidélis!

Depois e para terminar, Senhor Presidente da Mesa e Caros Colegas, um pequeno parêntesis para dizer que tenho a certeza que muito brevemente os encargos com prestações de serviços na Câmara Municipal de Aveiro vão diminuir - só um pequeno parêntesis. Para dizer também e para terminar que me parece absolutamente inacreditável que esta Câmara, de forma consecutiva, de forma recorrente, de forma redonda, de forma agressiva até para a honestidade democrática que aqui as oposições põem em cima da Mesa nesta Assembleia, tenta tapar o sol com a peneira. O crivo da sua peneira Senhor Presidente, é tão largo que debaixo dela não queria eu passar quando fizesse um dia de sol - até porque já estou a ficar careca. E o crivo da sua peneira Senhor Presidente, têm a enorme desvantagem de ser um crivo que todos nós já medimos há muito tempo atrás; de ser um crivo que o Senhor Presidente teima em utilizar: aperte-o! Assuma nesta Assembleia ou explique a esta Assembleia como é que vai pagar o que deve a fornecedores e empreiteiros? Não vou à mesquinha de citar facturas: explique como é que vai pagar os encargos assumidos e não pagos que aumentaram como disse e muito bem o Deputado João Carlos Valente? Explique a esta Assembleia e agora termino, como é que o Senhor Presidente faz tensão de explicar ou de disfarçar ou de meter nessa peneira, que aquilo que e cito - alguém credenciado na praça diz e até posso citar: «Cravo, Fortes, Antão & Associado - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas». E porque é no ponto da Conta de

Gerência que deveremos falar nisto, se não fica branqueado, porque é que estes senhores revisores oficiais de contas, dizem a propósito do relatório de gestão e contas dos Serviços Municipalizados de Aveiro, que sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, que faz um louvor gestão etc. etc., anotam eles, «que os Serviços têm denotado uma apreciável degradação da estrutura económica ou financeira, nomeadamente no que concerne à progressiva diminuição dos seus capitais próprios e no crescente endividamento da entidade». Dizem também, «que para tal tem contribuído o facto da Câmara Municipal de Aveiro apesar das transferências efectuadas no corrente exercício, não ter vindo a cumprir integralmente as disposições constantes do orçamento aprovado pela Assembleia Municipal». E eu pergunto Senhor Presidente: o Senhor recorda-se quanto é que o Plano Plurianual de investimentos nos Serviços previa no financiamento? Eu lembro-lhe: onze milhões, quinhentos e quarenta mil, cento e oitenta e oito euros. O Senhor vai-nos dizer aqui porque se não eu digo no ponto a seguir, quanto é que transferiu para os Serviços no âmbito da Conta de Gerência da Câmara Municipal de Aveiro de 2002? Quanto é que transferiu? Quanto é que ficou por transferir? E o que ficou por transferir de onde é que vinham essas verbas? E era ou não era obrigatório transferi-las? Para já é só.”

(Entrou na sala o Vogal Rui Manuel Pereira Costa)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Manuel Granjeira (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

B

O Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. deputados que a mesma se encontra disponível para consulta nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Em primeiro lugar uma reflexão sobre as conclusões que foram retiradas das nossas 30 medidas. Eu fiquei um pouco espantado porque tornaram a insistir no mesmo erro que tinham incorrido na primeira sessão. Pensei que tivessem tido tempo de corrigir, mas não. Desta vez até o apresentaram melhor num “PowerPoint”, para que ele fosse mais evidente. Porque de facto as 30 medidas, como todos se recordarão, não se relacionavam ou não se prendiam apenas com a despesa corrente e com a receita corrente. Eram mais amplas, tinham um conjunto de medidas que passavam pela redução e renúncia a investimentos (despesas de capital) e, portanto, esqueceram um pormenor tão significativo como esse e que altera obviamente totalmente os dados. Mas, mesmo assim, é evidente que na parte das despesas correntes e nas receitas correntes, os dados que referiram estão correctos — não os vou contestar! Mesmo assim gostava de dizer que a despesa corrente diminuiu de facto, como tiveram a hombridade de reconhecer e não diminuiu tanto como nós prevíamos e gostávamos que tivesse diminuído. Mas convém recordar, porque é muito fácil e engana e induz em erro quem nos está a ouvir muitas vezes, dizer que é absolutamente necessário reduzir absolutamente as despesas correntes são muitas vezes essenciais: essenciais à qualidade de vida e ao bem-estar das nossas populações. É nas despesas correntes que entram o pagamento das refeições às escolas; é nas despesas correntes que entram o pagamento aos funcionários que cuidam das nossas crianças nas escolas e por aí fora; é nas despesas correntes que entram os combustíveis para os transportes públicos. E portanto, dizer-se com a facilidade que tem sido dito “que baixámos pouco as despesas

correntes”, como se isso fosse gravíssimo, não é necessariamente uma boa análise — tanto mais quanto é certo que nesse ano, como é do conhecimento público, a Câmara teve que contratar só para o trabalho das escolas mais setenta pessoas. E teve que contratar também mais um conjunto de funcionários que traz também despesas correntes acrescidas, para algo que todas as bancadas desejavam — as bancadas e a população de Aveiro desejava há muito tempo, como por exemplo a Polícia Municipal. Aí têm por exemplo duas rubricas que fizeram aumentar as despesas de pessoal, aumentar as despesas correntes, que não faziam parte obviamente do nosso plano de redução das despesas correntes e que tiveram que ser contempladas. Portanto, mesmo assim, apesar desse aumento, da contratação de setenta pessoas para as escolas e dos membros da polícia municipal e do funcionamento da polícia municipal, mesmo assim, a despesa corrente diminuiu.

A receita corrente realmente também não aumentou como estava previsto. Mas como foi aqui bem recordado pelo Senhor Deputado Manuel Coimbra, há receitas correntes que esta Assembleia sabe bem por que é que não aumentaram — nós não conseguimos aprovar o regulamento de taxas e licenças urbanísticas; não conseguimos aprovar o regulamento de taxas não urbanísticas e a Derrama baixou. Portanto, toda a gente conhece e sabe e está ciente das razões que estiveram na origem dessa não aprovação dos diferentes regulamentos — alguns demoraram mais de um ano (se a memória não me falha) a obter a aprovação. E eu não digo que a culpa não se pode repartir — pode certamente! Mas é evidente que quando se faz um plano da redução de aumento da receita, parte-se do princípio que as coisas vão correr bem e depois há factores que nos surpreendem — mas as razões são conhecidas. Agora: porque é que a Derrama baixou? Bem, deixem-me dizer o seguinte: de facto em 2001 a Derrama tinha tido um comportamento excepcional, o que se me permitem uma nota mais política, faz ver que de facto em 2000 (salvo erro), o Governo era do PS, a economia não se estava a comportar-se mal e as empresas apresentaram lucros absolutamente excepcionais em relação a 1999. Como poderão apreciar tenho em conta os dados que constam e que se podem comparar. Mas de facto a baixa da Derrama surpreendeu-nos, porque foi também ela de facto violenta e excepcional baixa e isso também afectou o nosso plano de diminuir as despesas correntes e aumentar fortemente as receitas correntes.

Bom, mas é preciso não esquecer o resto. De facto os adiamentos que tivemos que fazer, os investimentos que não se fizeram, os pavilhões que não se construíram, um conjunto de medidas que foram adoptadas e que se não tivessem sido adoptadas — quer na parte do investimento, quer na parte da despesa, fariam com que a situação da Câmara Municipal de Aveiro, tendo em conta o que aconteceu no país, fosse de facto muito mais difícil. E portanto, eu não tenho dados espectaculares para apresentar sobre o resultado das trinta medidas, mas tenho absoluta certeza que se não tivessem sido tomadas a situação seria pior.

Depois em relação às questões de pessoal eu gostava de sublinhar alguns aspectos muito positivos. Por exemplo, o absentismo diminuiu significativamente. E sobretudo há um dado que importa reter quando se deixa cair esse anátema sobre o absentismo dos funcionários da Câmara — é que a esmagadora maioria dos funcionários da Câmara têm uma baixíssima taxa de absentismo e há um grupo restrito que de facto tem uma alta taxa de absentismo. O que faz com que a média seja uma média não tão boa como desejávamos, mas é uma média que não corresponde ao comportamento, à assiduidade e ao empenho pelo trabalho que nós registamos estatisticamente na esmagadora maioria dos funcionários da nossa Câmara. Isso são dados de que nos orgulhamos.

Depois gostaria também de lembrar que 2002 foi um ano em que houve um aumento de trezentos por cento nas acções de formação da Câmara Municipal de Aveiro. E essa é uma nota política importante porque denota o empenho e a importância que atribuímos à

qualificação progressiva dos nossos funcionários. O que é importante do ponto de vista da sua realização pessoal/profissional, mas também da forma mais exigente e qualificada com que podem desempenhar o serviço público que prestam.

As despesas correntes ao contrário do que aqui foi dito e houve aí alguma troca de argumentos – os números não metem: as despesas correntes baixaram 4% em 2002. E devem ser comparadas com o facto de em 1997 representarem 50% do total do Orçamento, quando em 2002 representam apenas 30% desse montante. Portanto, não nos acusem a nós de termos inflacionado as despesas correntes (só estou a falar do realizado), o montante das despesas correntes no conjunto da despesa total diminuiu percentualmente e isso é que é mais importante. E como lhes digo – há despesas correntes que são essenciais; convém não se perder isso nunca de vista.

Outro ponto que foi aqui também bastas vezes referido, foi o do endividamento da Câmara Municipal. O Doutor Filipe Neto Brandão já recordou que é o próprio Governo nos seus documentos oficiais – quando agora procedeu (agora, há uns meses largos já), há quatro meses ou cinco, à definição das novas regras de acesso ao crédito e ao limite de acesso ao crédito por parte dos municípios, concluiu que havia, salvo erro 43 câmaras, que tinham ultrapassado o limite legal da capacidade de endividamento segundo as novas regras. E como eu esperava, e para desapontamento de muitas das vozes que aqui se foram levantando, Aveiro não figura nessa lista. Estamos muito longe disso! Temos apenas trinta e tal por cento da nossa capacidade de endividamento absorvida. Não é ter apenas 37%, é ter apenas essa absorvida! Ou seja, temos ainda muita capacidade de endividamento e portanto, desse ponto de vista, a situação não é de facto preocupante. Mesmo aquele rácio que foi ali tão bem apresentado, da relação entre o endividamento face à despesa, confirma o conforto e a situação agradável que temos desse ponto de vista. Como o Engenheiro Granjeira referiu esse rácio é apenas 30% das despesas totais. Ou seja, as despesas totais estão a ser feitas 70% com os nossos capitais próprios, se assim posso referir. Portanto, estamos a recorrer ao crédito apenas em 30%, o que bate certo também com aqueles elementos que eu tenho.

Agora: «ter havido mais amortizações?», - isso não tem nada de extraordinário Senhor Deputado Manuel Coimbra – outra coisa não seria de esperar. Tem havido mais amortizações porque nós de facto temos mais empréstimos e porque houve um facto que se calhar nem reparou, é que os empréstimos que temos vindo a contratar têm períodos de carência de normalmente de um ou dois anos e, portanto, de repente, ao fim desse prazo de um ou dois anos dos períodos de carência, começamos de facto a ter que amortizar os empréstimos quer com o capital quer naturalmente com os juros. Mas nada de grave no que respeita aos limites do endividamento. O panorama da Câmara de Aveiro nesse aspecto, no país, é muito confortável.

Depois a dívida também não «aumentou dois milhões de contos» como se disse, num ano!? É preciso não esquecer que esse é o momento que traduz sobretudo e é essa a verdade, é esse o rigor das coisas, traduz sobretudo o acumulado que se reflectiu nas contas de 2002 por força da aplicação do POCAL e das regras contabilísticas que são diferentes. É um enorme esforço que a nossa contabilidade teve que fazer para de facto arrumar a casa, digamos assim. E isso, em conjunto com um conjunto de obras que entretanto viu chegar o seu termo e com os respectivos autos de medição a serem apresentados, faz com que esse número tenha disparado sem que isso implique um agravamento real da situação da Câmara. Há um agravamento contabilístico, não há um agravamento real da situação.

Quanto à Habitação Social e o facto de não termos feito Habitação Social. Bem, mas eu acho que nós todos, responsáveis políticos e gestores públicos e gestores privados, devemos quando os recursos são escassos (e são sempre escassos), devemos procurar fazer aquilo que é prioritário. Eu sempre o disse: Aveiro tinha uma razoável oferta de Habitação Social

e, portanto, temos que ir construindo Habitação à medida das necessidades e das urgências. E se é verdade que durante dois, três anos, não foi necessário construir muita Habitação Social, também sabíamos que a partir de certa altura era necessário começar a construir Habitação Social. E de facto, pouca sorte a nossa, quando tínhamos concursos abertos, obras adjudicadas para Habitação Social, de repente foi cortado o crédito! Mas acabámos esta semana de entregar mais nove fogos de Habitação Social no Caião. Parece pouco, mas são mais de 100 mil contos. E temos outros adjudicados em Cacia, que esperamos poder vir a construir a despeito das restrições ao crédito que neste momento existem.

Quanto à baixa, ao facto dos arruamentos terem vindo a diminuir. É verdade que se nós construámos muitos arruamentos a certa altura temos que construir menos – isto é mesmo assim! Porque temos aí algumas situações e o Senhor Deputado Armando Vieira também sabe, algumas situações em que chegámos a pavimentar caminhos rurais que não deveriam ter sido pavimentados. Outra coisa é o estado de pavimentação das estradas, isso é diferente. Mas é natural que ao longo dos anos se se investe muito fortemente nos primeiros anos, em pavimentos novos, que esse esforço possa diminuir e que se vire para a manutenção dos arruamentos. Aí sim temos que fazer de facto algum esforço e está a ser feito como julgo que é reconhecido por todos.

Execução Orçamental. Bem, reconheça-se que de facto eu tenho tido uma atitude muito coerente em relação à função, ao papel, e à importância dos Planos de Actividades e Orçamentos que têm sido apresentados e realizados pelo município. Eu sempre me pareceu que era muito pouco ambicioso da nossa parte fazermos uma gestão dos orçamentos municipais como se a Câmara e o município fossem uma empresa qualquer – não vou dizer como se isto fosse um orçamento de mercearia, porque tenho todo o respeito pelas mercearias naturalmente, mas uma Câmara não é uma empresa qualquer. Uma Câmara tem uma componente empresarial, mas tem variáveis políticas evidentes, é por isso que todos estamos aqui. E todos sabemos que a gestão económica e financeira dum Câmara Municipal, depende de variáveis que são políticas e que não cabem no controlo dum gestor público — e que por vezes nos surpreendem. Achamos, e os resultados para Aveiro têm sido sempre excelentes, é que não devemos ficar cerceados nas possibilidades de captar para Aveiro todo um conjunto de investimentos que entretanto podem aparecer e que nós queremos que apareçam ao longo do ano e que por isso é preferível fazer orçamentos um bocadinho optimistas digamos assim, do que não fazer. Os resultados, como eu tive ocasião de dizer outro dia, o futuro também se constrói com estatísticas. Elas são úteis para construir o futuro o melhor possível. Mas constrói-se sobretudo com investimento. E o investimento em Aveiro aumentou sempre cerca de 20% ao ano desde que estamos em funções — e tornou a aumentar este ano outra vez. O Diogo disse que «foi o Orçamento que teve o maior falhanço». Eu diria que foi o Orçamento em que Aveiro teve outra vez uma enormíssima vitória. Porque eu prefiro de facto ter 12 milhões de contos investidos em 2002, do que ter 10 milhões em 2001, como tivemos — do que ter 5 milhões em 1997. Aumentámos sempre 20% ao ano e os resultados estão à vista e isso é muito mais importante que as taxas de execução orçamental, que são taxas, que valem para as estatísticas, mas não valem para a qualidade de vida dos aveirenses. Para as estatísticas nós também podemos encontrar outras taxas. E eu gostava de vos dizer que tivemos este ano um taxa de execução orçamental de 72% se quiserem aferir aquilo que foi pago em relação aquilo que foi cabimentado. E tivemos uma taxa de execução de 66%, se quiserem aferir aquilo que foi cabimentado em relação àquilo que estava estimado. Porque de facto cabimentámos 87 milhões e gastámos realmente 62 milhões. As estatísticas como vêm valem o que valem, o que interessa é aquilo que foi realmente investido e o que realmente foi investido foi o montante maior de todo o sempre em Aveiro.

Em termos políticos eu gostava de dizer o seguinte: ouvi todas as intervenções com a maior atenção; não ouvi nenhuma crítica, nenhuma reserva, uma obra identificada, uma despesa corrente que tivesse sido considerada supérflua, que a oposição tivesse considerado que não devia ter sido feita. Todos lamentaram, isso sim, a falta de receitas. E aí estamos todos de acordo: Aveiro precisa de muito mais receitas correntes e de capital, ordinárias, extraordinárias, para que todos possamos atempadamente honrar os compromissos que assumimos a bem do futuro que todos desejamos para Aveiro.”

Membros da Assembleia:

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

☐

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal António Granjeia (CDS/PP)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

☐

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia:

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 2 da ordem do dia, Câmara municipal – Relatório de Actividades e conta de Gerência do ano 2002, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezanove votos a favor (PS18+PP1), uma abstenção (Ind.1) e onze votos contra (PSD7+PP4).

Nos termos do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

“O voto contra do PSD na apreciação do Relatório de Actividades e Conta de Gerência do ano de 2002 da Câmara Municipal de Aveiro, não é porque as contas estão erradas ou porque o Relatório não espelha as actividades municipais no ano de 2002. Aceitamos os factos que aqui estão relatados. O voto contra do PSD, deve-se ao facto – cada vez mais real - da Câmara Municipal, gerida pelo Partido Socialista, estar a levar à ruína a actividade económica e cultural do concelho e estar a hipotecar seriamente as gerações vindouras.

O desfasamento entre o Orçamento e a Receita, que não chegou a 48% do montante orçamentado, assim como o desinvestimento em rubricas como as “Obras”, “Urbanização”, “Serviços Municipais” e “Habitação”, ou a diminuição da ajuda às Instituições de Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres e Associativismo, mostra que o voluntarismo com que a Câmara Municipal de Aveiro é governada pelo Senhor Presidente da Câmara, em investimentos que enchem o olho, está desfasado das reais necessidades dos seus munícipes e não permite a afirmação do Concelho de Aveiro como pólo dinamizador da nossa sociedade que todos aspiramos que Aveiro seja.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“Declaração de voto em nome dos elementos da bancada do CDS que votaram contra.

Apenas para dizer, que por tudo o que esta bancada aqui hoje aduziu, produziu e informou, votámos contra. Acrescentamos que fazemos nossa, numa atitude de coerência e de responsabilidade, a declaração de voto do Vereador do CDS/Partido Popular na reunião de Câmara em que este mesmo documento foi aprovado:

«O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe apresentou também a seguinte declaração de voto: “Em relação à Conta de Gerência, permitam-nos os seguintes comentários, salientando alguns aspectos relevantes. O endividamento bancário líquido aumentou cerca de €15.700.000.

Das receitas correntes e de capitais, e comparando com o orçamentado, notam-se os seguintes desvios:

	<i>Real</i>	<i>Orçamento</i>	<i>Desvio</i>
<i>Receitas correntes</i>			
0100	<i>Impostos directos</i>		
0104	<i>Sisa</i>	5.737.521,77 €	8.500.000,00 € -32,50%
0106	<i>Derrama</i>	3.563.575,57 €	6.000.000,00 € -40,61%
0200	<i>Impostos indirectos</i>		
0201	<i>Actividades em mercados</i>	- €	500.000,00 € -100,00%
0204	<i>Publicidade</i>	150.047,95 €	500.000,00 €
0207	<i>Emolumentos, vistorias e taxas</i>	333.322,63 €	1.500.000,00 € -77,78%
0300	<i>Taxas, multas e outras penalidades</i>		
030101	<i>Actividades em mercados</i>	232.124,68 €	480.000,00 € -51,64%
030102	<i>Loteamentos</i>	419.561,94 €	2.800.000,00 € -85,02%
030103	<i>Ocupação da via pública</i>	154.130,44 €	540.000,00 € -71,46%
	<i>Outras receitas correntes</i>	15.055.033,55 €	14.841.904,00 € 1,44%
	<i>Sub-total</i>	25.645.318,53 €	35.661.904,00 € -28,09%
<i>Receitas de capital</i>			
1001	<i>Terrenos</i>	8.166.009,57 €	42.750.483,00 € -80,90%
1002	<i>Habitação</i>	71.685,29 €	500.000,00 € -85,66%
1003	<i>Outros edifícios</i>	- €	1.379.176,00 € -100,00%
	<i>Outras receitas de capital</i>	29.112.446,70 €	51.121.416,00 € -43,05%
	<i>Sub-total</i>	37.350.141,56 €	95.751.075,00 € -60,99%
	<i>Total</i>	62.995.460,09 €	131.412.979,00 € -52,06%

Taxa de execução **47,94%**

Quanto às despesas correntes e de capitais, é óbvio que não se pode fazer a maior parte do que estava orçamentado, pois além da receita ter sido diminuta, duas das componentes da despesa não puderam ser reduzidas: os salários e o estádio. Os desvios são significativos em praticamente todas as verbas.

Relativamente aos empréstimos, nota-se e a necessitar de explicações quanto às seguintes verbas:

- 100 000 € de juros não pagos em 2002;
- 20 000 € de juros de mora não pagos em 2002;
- 600.000 € de prestações vencidas acumuladas.

Será que a CMA não poderá vir a constar de uma qualquer lista de incumprimento?

Os fornecedores representam cerca de 23.500.000 € de dívidas da CMA. Nos mapas, não constam e supostamente deveria constar pois existe uma coluna para tal efeito, o motivo de atraso. Finalmente, pensamos que aos vereadores deveria ser distribuído um documento mais profundo, com informações complementares e mais detalhadas, e não apenas os mapas que são remetidos ao Tribunal de Contas.

De entre essas informações, poderiam constar as seguintes:

Antiguidade dos saldos de fornecedores e de outros credores;

Justificação para todos os desvios orçamentais superiores a 10%.

Outra questão, com que base foi elaborado o orçamento 2003? No orçamentado, ou no executado de 2002?

Por último, com uma taxa de execução orçamental inferior a 50%, demonstrou um optimismo incompreensível na receita, que não foi atingida, prejudicando evidentemente as despesas programadas. Voltamos a afirmar que os orçamentos, tanto quanto possível, não devem reflectir, como tem sido costume nos últimos anos, um mero plano político de intenções mas antes um plano realista de execução, sem ferir a ambição de inscrição de rubricas no interesse de Aveiro.

Em relação ao Relatório de Actividades, e com o pouco tempo disponível para a sua apreciação (de algumas horas e outros tantos minutos) continuamos com o mesmo parecer de há um ano atrás, faríamos, parafraseando diferentes slogans “Mais e Melhor” e sobretudo “Como Deve Ser”.

Apesar destes dois documentos se tratarem de relatórios técnicos e referentes ao transcorrido, mas pela reincidência dos defeitos e das omissões e até da continuidade gravosa de defeito temporal para apreciação de um deles, de um ano para outro, o nosso voto tem nesta oportunidade de expressar uma rejeição clara e pedagógico através do voto CONTRA em ambos.»”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

“Votámos favoravelmente o Relatório de Actividades e a respectiva Conta de Gerência, por entendermos que os mesmos traduzem documental e de modo adequado a actividade realizada, sem prejuízo dos condicionalismos de natureza económica conjuntural, que condicionaram o exercício transacto, e aos quais a autarquia aveirense não poderá deixar de adequar o seu desempenho próximo cumpre-nos não obstante assinalar o notável nível de investimento mantido, garante do desenvolvimento de Aveiro e do seu encontro com o futuro.”

Seguidamente, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a terceira reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 14 de Maio (4.^a feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 14 de Maio de 2003.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)